

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.775.816 - PR (2020/0269809-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : ELIZABETH THA BERMAN  
**AGRAVANTE** : GUSTAVO DANIEL BERMAN  
**AGRAVANTE** : RS ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A  
**ADVOGADOS** : ALCEU RODRIGUES CHAVES - PR029073  
LUCIANO HINZ MARAN - PR029381  
MARCELO A TABORDA - PR026385  
**AGRAVADO** : CESAR ASSIS ARRUDA GEVAERD  
**AGRAVADO** : MERCEDES MARIA GEVAERD  
**ADVOGADOS** : CLAUDIO DE FRAGA - PR023828  
CLAUDINÉIA VELOSO - PR026256

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por RS ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A e OUTROS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO CONSTITUCIONAL AGRAVO DE INSTRUMENTO EM CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EXECUÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA DECISÃO QUE DEFERIU O BLOQUEIO DE CARTÕES DE CRÉDITO DE TITULARIDADE DOS EXECUTADOS

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 1º, 8º, 139 e 805 do CPC, no que concerne à excepcionalidade do bloqueio de cartões de crédito, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

No caso em tela, o juiz de piso autorizou o bloqueio dos cartões de crédito dos executados, sem expedir qualquer fundamentação específica, levando em consideração apenas e tão somente o tempo de curso do pedido inicial. Em segundo grau, em sede instrumental, tal medida excepcional foi confirmada, eis teria havido esgotamento das medidas típicas, para satisfação de crédito.

Todavia, é importante demonstrar que não há indícios de que os Executados, aqui Recorrentes, estariam se esquivando de

satisfazer o crédito executado. Pelo contrário, por várias vezes os Recorrentes indicaram bens à penhora, os quais não foram aceitos sem qualquer justificativa plausível, bem como, houve pagamento por meio de valores bloqueados, até um veículo foi aajudicado.

[...]

Em que pese o art. 139, IV, do CPC/2015, de fato autorizar a utilização de medidas excepcionais, o bloqueio dos cartões de crédito dos Recorrentes não se apresenta como medida capaz de atribuir efetividade ao cumprimento da obrigação de pagar, configurando-se tão somente como um meio de restrição dos direitos individuais dos Recorrentes, encontrando-se fora dos parâmetros da razoabilidade, dada a violação de direitos constitucionais (fls. 190-192).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, alega divergência de interpretação dos arts. 8º e 139, IV, do CPC, apontando como paradigma o seguinte julgado: agravo n. 20958586320198260000 do TJSP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

No que concerne à primeira controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

O transcurso de quase duas décadas sem que os executados paguem o débito ou venham aos autos comprovar que não possuem condições de saldá-lo denota um comportamento furtivo, por meio do qual os devedores evadem-se de seus compromissos sociais, atentando contra a dignidade da justiça.

Exigir, desse modo, que os credores dispensem mais tempo e dinheiro com a realização de diligências – que já se mostraram infrutíferas repetidas vezes – para encontrar bens em nome dos devedores parece de todo despropositado, premiando e permitindo a perpetuação da conduta antijurídica dos demandados.

A peculiaridade de toda a situação delineada autoriza a adoção de medidas executivas atípicas (fls. 111).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP,

# *Superior Tribunal de Justiça*

relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Em relação à segunda controvérsia, verifica-se que a pretensão da parte agravante é de ver reconhecida a existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto a mesma questão aventada sob os auspícios da alínea “a”, que, por sua vez, foi obstaculizada pelo enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Quando isso acontece, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea “c”.

Nessa linha: "A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ também impede o conhecimento do recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade fática entre os paradigmas apresentados e o acórdão recorrido". (AgInt no AREsp 1.402.598/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 22/5/2019.)

Vejam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.521.181/MT, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 19/12/2019; AgInt no REsp 1.731.585/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 26/9/2018; e AgInt no AREsp 1.149.255/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 13/4/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

**MINISTRO HUMBERTO MARTINS**  
Presidente